

Henrique Monteiro



OS DIAS QUE ME OCORREM

VOTO CONFINADO

O Governo, sustentado pela PGR, já disse que os confinados podem votar. Médicos de saúde pública criticaram a decisão. Têm ambos bons argumentos, mas no conflito de valores (voto vs. saúde pública) venceu o voto. Acho bem.

COSTA 'CULPÓRIO'

Após ter encachado numa mentira num debate televisivo, dizendo que Neeleman tinha ficado sem empresas ou falido, recusou-se a apresentar desculpas ao empresário brasileiro e americano. "Era o que faltava", disse Costa. Mas, ó senhor primeiro-ministro, tem de pedir desculpa aos portugueses, que enganou. Eu pensei mesmo que o homem tinha ficado sem companhias de aviação... E, como eu, muita gente que ainda lhe dá(va) crédito. Se pedir desculpa, sente-se melhor.

RIO RI-SE!

Alguém tem de dizer ao presidente do PSD que a sorte dá trabalho. Ao faltar ao debate das rádios (no que foi acompanhado por Ventura), perdeu uma boa oportunidade de fazer boa figura. E não há mais oportunidades ou debates para essa boa impressão. Ontem, ficou a má, de fugir aos debates ou de os achar uma maçada. O problema é que a democracia os exige.

BIDEN AMEAÇA

O Presidente dos EUA disse que se recandidatária. Se assim o fizer, acaba a presidência com uns joviais 86 anos. De resto, ameaçou a Rússia, que entretanto se entendeu com o Irão e ameaça a Ucrânia. A imprensa internacional alarma-se com os tambores da guerra. Mas por cá essas notícias são trocadas pelo gato de um candidato, o cão de outro e uma série de papagaios...

TONGA PRESENTE

Já não há mundo distante. A erupção de Tonga sentiu-se (embora apenas por aparelhos) em Lisboa. A remota ilha do Pacífico Sul chegou ontem a primeira ajuda a Nucualofa, a capital, localizada na ilha de Tongatapu; a destruição é impressionante. A natureza continua a mandar, não há homem que a vença.

FRANÇA CONFUSA

Há Zemmour e Le Pen (aquele mais extrema-direita, esta quase normalizada); há Valérie Pécresse, a nova estrela dos antigos gaullistas; há Macron, o incumbente, liberal centrista; há Anne Hidalgo, o que resta do PSF de Miterrand; há Mélenchon, espécie de bloquista ou 'podemista' lá da terra. Há 26 candidatos ao Eliseu, 11 dos quais conhecidos, e a esperança é que o atual Presidente consiga vencer de novo. Os restantes moderados podem bem perder uma segunda volta contra um tresloucado.

COVID ATACA

Parece que o pico é para a semana. Com mais de 50 mil casos diários, muitos em crianças, já se sente pressão nos hospitais, nomeadamente nos pediátricos, como o Dona Estefânia, em Lisboa. No entanto, comparado com o ano passado (20 de janeiro foi o dia do ano em que mais gente morreu, 748 pessoas), estamos muito melhor.

INFLAÇÃO A CHEGAR

A Alemanha já tem juros positivos na colocação a 10 anos. É um sinal — e dos grandes.



FOTO: GETTY IMAGES

PARA QUE SERVEM UMAS ELEIÇÕES (E COMO AS ESTATÍSTICAS AS ESTRAGAM)

Todos sabem que, teoricamente, umas eleições não servem para escolher um primeiro-ministro, como, na prática, sabem que é para isso que têm servido. Na boa tradição democrática, um Parlamento serve para representar todos os cidadãos eleitores e, através das suas escolhas, eleger um Executivo (e um primeiro-ministro) que concretize o máximo denominador comum dessa escolha.

Na verdade, o que anda toda a gente a escolher é bastante diferente e pode resumir-se da seguinte forma: a) quem vai ser o líder do Governo, Costa ou Rio; b) se algum deles deve governar sozinho em minoria ou se deve ter um apoio que dê estabilidade ao Governo; c) no caso de se considerar a estabilidade um valor importante, que partidos devem fornecer esse suplemento para uma maioria parlamentar.

Como terão reparado, não existe aqui nenhuma opção política de fundo, salvo as que pensamos que cada partido defende, mas apenas um debate sobre governabilidade. Ora, este valor devia ser aquele que todos os partidos estariam obrigados a oferecer ao país; ou por terem ganho as eleições ou por democraticamente, tendo-as perdido, não entrarem a vontade de uma maioria.

O resto dos debates e intervenções são números que nos atiram à cabeça. Salvo as mentiras descaradas, como a do primeiro-ministro sobre a falência de David Neeleman, ex-acionista da TAP (Costa devia rever as informações do seu Ministério dos Transportes, tutelado por Pedro Nuno Santos), acredito que a grande maioria das informações é verdadeira. No geral, são baseadas em estatísticas, e estas, como se sabe, dão para muito. Por exemplo, se o mesmo trabalhador tiver contrato a prazo de seis meses e for contratado duas vezes, dá para inflacionar os números de contratos de um serviço; ou se esticarmos no tempo as taxas de crescimento económico, passando pela crise de 2008, elas tornam-se mais baixas; o contrário do que se começamos a série quando o Governo

de Passos já tinha debelado a crise deixada por Sócrates. E o mesmo se passa para todas as áreas (parece-me que só a Educação não tem salvação estatística e talvez por isso dela se fale pouco).

Alguns temas são demasiado complexos para intervenções e debates, que tendem a ser mais curtos e baseados em *soundbites*, e por isso afluam-se com ligeireza (sistema eleitoral; carga fiscal e fiscalidade; política

as questões ligadas à eutanásia ou a outros temas ditos fraturantes, que, na realidade, podendo despertar paixões (mas isso também Sporting, Benfica e Porto despertam), em pouco ou nada contribuem para a decisão do voto.

Quais seriam os pontos decisivos a merecer um debate? Qual é a mãe ou o pai de todos os debates? Do meu ponto de vista, assenta no modelo de desenvolvimento. Não vale a pena dizer que é preciso mais dinheiro ou meios para aqui ou para ali, se não houver um entendimento maioritário acerca do modelo de desenvolvimento. Partindo daqui, há várias estradas que se bifurcam: desde logo, a que nos diz que é por via do consumo e a que prefere a via do investimento. A primeira é propícia a aumentar salários e subsídios, a segunda a facilitar a vida a quem produz bens transacionáveis e criação de emprego.

Do modelo escolhido decorrem muitos outros: as garantias do trabalho, a necessidade de migrantes e o modo da sua integração; a política educativa e os seus focos; a política de habitação e as suas subtilidades. Porém, de certa forma, habituámo-nos a espalhar as discussões, como se elas não se interligassem. Recordo uma pergunta de Vítor Gaspar, do tempo em que ele era ministro, que nunca foi respondida: até quanto estamos dispostos a pagar pelo Estado social? Se a resposta for tudo o que for necessário, tal implica que as taxas de crescimento do PIB, seja desde 2020 (0,3% ao ano), seja desde 2015 até à pandemia, quando ultrapassaram os 3,5%, subam muito mais.

E o pior — até porque é previsão e não estatística — é que nada disto conta com o endividamento enorme do país e a perspectiva real do regresso da inflação a par com o fim do financiamento do BCE. Ora, para quem quer o Estado social e os seus filhos a viverem, pelo menos, quase como nós vivemos (e não sem reformas, sem SNS e sem perspetivas), seria muito bom que o debate, tal como o país, mudasse de rumo.

hmonteiroexpresso@gmail.com

ANTES QUE ME ESQUEÇA



LAGOSTA

É muito antiga a história de que se um comer uma lagosta por semana e outro nenhuma, estatisticamente comeram meia lagosta cada um. Muito mais elaborado, um livro de Pedro Nogueira Ramos, aqui já recomendado — "Torturem os Números que eles Confessam", sobre o mau uso e abuso das estatísticas —, mostra como os números são utilizados de forma não-criteriosa. Infelizmente, em Portugal, além destes problemas estatísticos, temos o problema da fé e o da estupidez. O da fé constancia-se na ideia de que, se aumentarmos o consumo, os cidadãos racionalmente vão contribuir para uma economia social, em vez de cada um tratar de si. O da estupidez é, como dizia Einstein, esperar resultados diferentes de práticas iguais. A cultura do risco falta no país e os poucos que, graças aos avanços na educação e na economia, que os houve, se lançaram em empreendimentos, empresas, ideias novas ou triunfaram e saíram ou aliam-se a capital estrangeiro.

OVO

Há 10 anos, o professor de Economia da Nova Luciano Amaral tinha feito um opúsculo para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A história acabava antes da entrada da troika. Por isso, em



2020 pediram-lhe que atualizasse; quando começou, chegou a pandemia, de modo que teve de esperar um pouco para assentar a poeira. Acabou de sair o livro, e é muito interessante. Deixo duas notas do autor: ao longo de 36 anos (adesão à então CEE) houve sucesso, mas concentrado em períodos curtos, muito mais débil em termos de produtividade do que de PIB per capita. Nos últimos 10 anos, e graças aos empréstimos e injeções do BCE, bem como nos próximos, fruto do PRR, boa parte do financiamento da economia terá origem na Comissão Europeia, "quebrando-se pela primeira vez, de alguma forma, o vínculo entre Orçamento e Paramentos nacionais" (sublinho esta frase, o ovo do problema). Luciano Amaral pensa que isto é o prenúncio de uma espécie de Estado europeu, com as suas zonas ricas e pobres. Não é preciso ser génio para saber que zona é a nossa. Acresce que o autor canta bem, já o ouvi numa boa interpretação do célebre "Don't get around much anymore" (não tenho andado muito por aí) — um dos problemas da nossa economia...

BIFE

"O Estado social não é propriamente a favor do bem-estar das massas, mas dos ego das elites." Thomas Sowell, um economista e sociólogo afro-americano nascido em 1930, que cresceu em Harlem e fez carreira em Stanford, tem teorias que em Portugal seriam consideradas de extrema-direita, embora nos EUA tenha sido um dos fortes críticos de Trump, escrevendo que o único princípio do ex-Presidente era favorecer... Donald Trump. Afirma, sem medo, que as famílias negras, tendo sobrevivido a séculos de escravatura e leis injustas e opressivas (Jim Crow), foram desintegradas pela política social da esquerda. Considera que esse sistema é uma forma de pagar para se falhar. Assim que alguém começa a comer bife (o PAN que me perdoe a mim e a ele por causa do bife), tiram-lhe os subsídios. Numa palavra, o welfare foi sempre mais julgado pelas boas intenções do que pelos maus resultados. Acho Sowell muito, mas muito exagerado. Porém, lamento que ninguém pense no que afirma alguém que vivenciou o que diz.



Se cada um pensar que tem direito ao Estado social, independentemente do resto, não é igualdade; é a criação de uma sociedade que nada pode pedir ao povo

Jacques Delors (n. 1925), socialista francês e presidente histórico da Comissão Europeia (1985-1995)

de habitação; rendimento básico incondicional; sustentabilidade das reformas e pensões; etc.); outros são marginais aos problemas do país e nem sequer existem ou são de consciência individual. Entre os primeiros, estão a pena de morte ou a castração química, que apenas um partido propõe e todos os outros rejeitam; como a saída da NATO, noutro lado do espectro; no segundo caso,